
Análise Do Discurso De Gênero Na Política Nas Colunas Do Jornalista Reinaldo Azevedo¹

Vívian Vaghetti VIEIRA²

Raquel RECUERO³

Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, RS

RESUMO

O presente trabalho busca analisar os efeitos discursivos de gênero na imprensa nacional na ocasião das eleições para a Presidência da República Brasileira no ano de 2014. A pesquisa parte do pressuposto de que veículos de opinião, blogs e páginas de redes sociais foram utilizados pelo Jornalista Reinaldo Azevedo para categorizar e representar as candidatas mulheres de maneira distinta dos candidatos homens. Para isto serão analisados o conteúdo dos discursos de dois textos extraídos da coluna do jornalista, tendo como principal referencial teórico a obra do filósofo francês Michael Foucault (1987, 2001, 2011 e 2013) a cerca dos procedimentos que controlam o discurso, de Laurecen Bardin (1977) sobre a Análise de Conteúdo e de Judith Butler (2003) a respeito da representação feminina.

PALAVRAS-CHAVE: gênero, política, eleições 2014.

1. INTRODUÇÃO

As questões relativas ao gênero que são vinculadas diretamente a categoria das mulheres como a divisão sexual do trabalho, a função de reprodutora da espécie humana, a submissão sexual, os valores morais impostos pela sociedade patriarcal, a participação no mercado de trabalho, a violência e o feminicídio, a dupla jornada de trabalho, a imposição de padrões de beleza, entre outros, vem sendo questionadas, debatidas e amplamente divulgadas nos meios de comunicação ao longo dos anos. Entretanto, problemas mais atuais relacionados a representatividade política feminina e a violência simbólica que as mulheres sofrem principalmente através das redes sociais ainda não encontraram espaço para debate na esfera pública. Nesse sentido, já existem estudos relacionados ao tema como, por exemplo, os trabalhos das pesquisadoras pelotenses Letícia Schinestsck (*O estigma do corpo: um estudo de caso sobre a violência simbólica perpetuada em memes do facebook*) e Margareth Michel (*A mulher no discurso midiático: candidatas à Prefeitura Municipal de Porto Alegre e sua representação na mídia nas eleições 2008*) que evidenciam as questões discursivas e representativas femininas.

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática de Jornalismo, da Intercom Júnior – XI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação 3º Semestre do Curso de Jornalismo da Universidade Católica de Pelotas, e-mail: vivian_vaghetti@yahoo.com.br

³ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Comunicação Social da Universidade Católica de Pelotas, email: raquelrecuero@gmail.com

⁴ Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014pt.pdf>

Segundo o *Relatório de Desenvolvimento Humano de 2014*⁴ publicado PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), a categoria das mulheres é a que mais sofre com desvantagens e discriminação no domínio da saúde, educação e emprego. A nível mundial, as mulheres estão em desvantagem na representação política nacional, em média, ocupam 21 por cento dos assentos nos parlamentos nacionais, situação ainda mais preocupante no Brasil que tem apenas 9,6 por cento dos cargos políticos ocupados por mulheres. No domínio da educação os défices são elevados, em média, 60 por cento das mulheres a partir dos 25 anos de idade concluíram algum nível de ensino secundário, comparativamente a 67 por cento dos homens. A participação das mulheres no mercado de trabalho também é menor que a dos homens, 51 por cento em comparação com 77 por cento, no Brasil as taxas são de 59,5 por cento e 80,9 por cento, respectivamente. Essa discrepância é particularmente acentuada no agrupamento de desenvolvimento humano baixo, que é de 15 por cento versus 29 por cento.

Com relação ao Índice de Desigualdade de Gênero – IDG (medida que reflete a desigualdade de realização entre mulheres e homens em três dimensões: saúde reprodutiva, capacitação e mercado de trabalho), o Brasil obteve um tímido progresso em relação ao ano de 2013, passando da 85^a posição para a 79^a em 2014. No entanto, o Rendimento Nacional Bruto (RNB) estimado per capita (calculado com base na proporção dos salários feminino/masculino, das percentagens feminina/masculina da população economicamente ativa, e do RNB) evidencia a disparidade de renda absurda entre os gêneros no país: enquanto as mulheres recebem em média R\$35.110,58 anuais os homens recebem R\$57.637,52, uma diferença de R\$22.526,94.

Esses números apenas refletem uma parte da desigualdade de gênero, pois não obstante a diferença de IDH, de participação no mercado de trabalho, de faixa salarial e de representatividade política, ainda há o discurso sexista velado que desqualifica e deforma a visibilidade que é dispensada a categoria feminina, principalmente no cenário político brasileiro. Por conseguinte, a reeleição da primeira Presidenta da República Brasileira revelou um cenário obscuro da comunicação social: o discurso crítico político relacionado ao sexo. Sendo evidente a diferenciação praticada por alguns veículos midiáticos com relação ao tratamento dado aos candidatos e candidatas às eleições presidenciais de 2014. Enquanto os candidatos do sexo masculino tiveram as suas propostas políticas debatidas de forma séria, as candidatas do sexo feminino foram expostas através de seus aspectos físicos e morais como a forma física, corte de cabelo e vestimentas, além de serem alvo preferencial dos

questionamentos relacionados à capacidade intelectual necessária para ingressar no cargo de maior importância do país. Nesse quadro, o melhor exemplo dessa desqualificação é encontrado nas colunas do jornalista Reinaldo Azevedo que utiliza adjetivações como “Presidenta doida” e “ex-terrorista” para referir-se a então candidata Dilma Rousseff, e “ex-seringueira dos pés descalços”, entre outros, para referir-se a candidata Marina Silva.

Ademais, a observância do quadro histórico no qual se desenvolveu a teoria feminista nos mostra que a questão do discurso sempre foi posta à prova por diversos autores. Pois, um dos seus principais objetivos é elencar os elementos sexistas pelos quais são compostos os discursos na sociedade, promovendo, assim, uma visibilidade política adequada, visto que o panorama atual exibiu uma má representação ou simplesmente uma não representação feminina. Considerando a condição cultural na qual a narrativa machista é facilmente encontrada nos meios midiáticos, atualmente ela está mais disfarçada, principalmente na forma de discursos ditos críticos, onde a categoria das mulheres é representada de forma distorcida e não verdadeira.

Essa falta de representação política feminina e a distorção da imagem pública das mulheres na política se refletem diretamente em outros problemas também causados pela desigualdade de gênero como a saúde reprodutiva, o empoderamento e a participação e valorização da mulher no mercado de trabalho. Pois, visto que a grande maioria dos políticos brasileiros são homens, logo não há interesse em pôr em pauta questões inerentes ao sexo feminino como a legalização do aborto e a aprovação das cotas eleitorais de gênero.

A análise de conteúdo (Bardin, 1977) da pesquisa parte de textos opinativos do jornalista Reinaldo Azevedo publicados no jornal Folha de São Paulo, em seu blog e em redes sociais, onde é possível verificar como são representadas as duas principais candidatas mulheres ao cargo de Presidência da República Brasileira: Dilma Rousseff e Marina Silva. As indagações que conduzem o estudo estão associadas à ideologia de gênero subjacente ao discurso da mídia, buscando apontar a maneira como as candidatas são expostas, e identificando possíveis denotações do gênero feminino expressas através do corpo. Nesse contexto, é possível verificar como o jornalista relaciona sua posição política com um discurso acerca da mulher, utilizando-se de argumentos ofensivos nos quais o gênero feminino é relacionado ao corpo e a falta de capacidade mental, reforçando a posição inferior das candidatas mulheres em relação aos demais candidatos.

2. GÊNERO E POLÍTICA

A questão de gênero vem sendo debatida ao longo dos séculos pelo movimento feminista, sendo possível analisá-lo sob duas vertentes: a história do feminismo e a produção teórica feminista. Para o presente trabalho, não será abordada a breve história do feminismo e seus desdobramentos no Brasil. No entanto, como forma de compor o cenário que permite entender o movimento e sua importância na esfera política nacional será ilustrada a produção teórica feminista, analisando principalmente a abordagem de Judith Butler (2003) sobre a questão da representação da mulher, bem como essa representação legitima as mulheres como sujeitos políticos.

A posição das mulheres na luta política propõe uma reflexão sobre a relação existente entre gênero e poder. Ao longo dos séculos a militância feminista sempre buscou uma maior participação política da mulher no espaço público, conquistando vitórias expressivas no campo dos direitos das mulheres assim como cargos nos três poderes. Hoje em dia, a presença feminina chegou ao mais alto patamar do poder que é a presidência da república brasileira, entretanto, essa presença não garantiu às mulheres da sociedade moderna uma maior abrangência nos postos do poder político.

Primeiramente, a palavra gênero é um termo que contém vários significados, mas é utilizado, principalmente, para estabelecer a diferença entre o sexo masculino e feminino, fazendo referência as diferenças sociais entre homens e mulheres, distinguindo, assim, o seu papel na sociedade. Visto que os modelos de conduta foram construídos socialmente através da história e vem se moldando ao longo do tempo, a determinação do gênero de um indivíduo parte de um pressuposto essencialmente cultural e não sexual. (Butler 2003)

Culturalmente construído o gênero é também “o meio discursivo/cultural pelo qual a ‘natureza sexuada’ ou ‘um sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura” (Butler 2003: 25). Dessa forma, as teóricas feministas afirmam que o gênero é uma interpretação cultural do sexo. No livro *O Segundo Sexo*, Beauvoir (1970), diz que “a gente não nasce mulher, torna-se mulher” devido a uma compulsão cultural a fazê-lo, e essa compulsão não vem do sexo.

Por isso, para a teoria feminista é tão importante o desenvolvimento de uma linguagem capaz de representar a categoria das mulheres, isto também é necessário para promover a visibilidade política das mulheres. Por um lado, a representação serve como termo operacional no seio de um processo político que busca estender visibilidade e

legitimidade às mulheres como sujeitos políticos; por outro lado, a representação é a função normativa da linguagem que revelaria ou distorceria o que é dito como verdadeiro sobre a categoria das mulheres.

Segundo Butler (2003), a heterossexualidade compulsória e o falocentrismo são compreendidos como regimes de poder/discurso com maneiras frequentemente divergentes de responder às questões centrais do discurso de gênero debatidas em sua obra, considerando que a fronteira e a superfície dos corpos são politicamente construídas. A autora ainda cita a feminista francesa Monique Wittig (1992) para elucidar que só os homens são “pessoas” e não existe outro gênero senão o feminino:

“O gênero é o índice linguístico da oposição política entre os sexos. E gênero é usado aqui no singular porque sem dúvida não há dois gêneros. Há somente um: o feminino, o “masculino” não sendo um gênero. Pois o masculino não é o masculino, mas o geral.” (Wittig 1992: 105)

Para Wittig (1992), a esfera do “sexo” funcionaria como uma categoria que oprime as mulheres assim como a esfera política, devido a essa ideologia da diferença sexual que coloca a natureza como causa. Assim, a diferença sexual é socialmente criada, enquanto o “sexo” constituiria uma abstração imposta ao campo social, criando outra realidade. Desse modo, Wittig (1992) sustenta o pensamento de que uma opressão cria o “sexo”, e que ele é o resultado de relações hetero sociais e não um fato natural. E “sexo”, como analisa Butler (2003) no pensamento de Wittig (1992), nada mais é do que “abstrações impostas à força ao campo social, as quais produzem uma realidade de segunda ordem ou ‘retificada’”.

Dessa forma, ao interpretar as leituras de Foucault e outros críticos, Butler desconstrói os valores fundamentais de nossa tradição para articular as dimensões ética e política presentes na constituição dos discursos, indagando sobre a construção dos gêneros e das identidades, seu principal objetivo, e reconhecendo que o poder e seus efeitos incidem insistentemente na maternidade e na melancolização do feminino. Para Butler (2003) o papel do gênero em nossa sociedade seria o de produzir uma falsa noção de estabilidade, onde a matriz heterossexual é assegurada por dois sexos fixos e coerentes, gerando todas as oposições binárias existentes em nosso pensamento como, por exemplo, a relação homem versus mulher, masculino versus feminino, e o discurso heterossexual tem a como prioridade a manutenção dessa ordem compulsória, afim de que a relação de dominação entre os indivíduos seja preservada.

Em *A história da sexualidade* Foucault (2001) apresenta uma teoria da sexualidade onde questiona se a noção de um sexo verdadeiro é necessária, afirmando que a sexualidade é coextensiva a poder. Argumentando, ainda, que a construção do “sexo” é produzida a serviço da regulação e do controle sociais da sexualidade, ocultando e unificando uma variedade de funções sexuais distintas e não relacionadas para, então, aparecer no discurso como uma causa que produz todo tipo de sensação como específico de um sexo, tornando o corpo interpretável como símbolo desse “sexo”. Assim, a sexualidade seria um sistema histórico aberto e complexo de discurso e poder, onde a denominação de “sexo” oculta e perpetua as relações de poder:

“A noção de sexo acarretou uma inversão fundamental; tornou possível inverter a representação das relações entre poder e sexualidade, fazendo esta última aparecer não em sua relação essencial e positiva com o poder, mas como enraizada numa urgência específica e irreduzível que o poder faz todo o possível para dominar”. (Foucault 2001: 154)

Ademais, o sexo diferencia um homem e uma mulher biologicamente, enquanto o gênero os diferencia socialmente através de uma construção cultural. No entanto, a noção de sexo apresentada por Foucault (2001), elucida a ideia da dominação exercida através do discurso sexista que vincula as relações de poder ao “sexo”, ou seja, um dos pressupostos da construção representativa de gênero é a de que sexo, discurso e poder estão intimamente ligados no sistema social no qual vivemos.

Para Foucault (2001), a existência de relações de poder não corrobora a existência do poder em si, este encontra-se intrínseco em toda e qualquer relação social, assim como o conceito de gênero o conceito de poder é passível de diferentes interpretações, sendo a mais usual a que remete ao domínio ou influência que impõe a própria vontade aos demais indivíduos, dando origem a uma espécie de vontade comum que rege uma determinada comunidade. No entanto, antes de conceituar poder Habermas (1987) afirma que os atores comunicativos se movem através de uma linguagem natural utilizando interpretações culturalmente transmitidas em um mundo social comum, compreendendo, assim, a uma nova relação de poder.

Foucault utiliza amplamente o poder como objeto em toda a sua obra buscando compreender o modo pelo qual ele é exercido. Para Foucault (1970), o poder submete os indivíduos a produção da verdade, sendo os discursos ditos verdadeiros aqueles que julgam, classificam, condenam, coagem e obrigam. O que dá origem ao seu terceiro sistema de exclusão que é a oposição do verdadeiro e do falso, onde a força da verdade é incomparável.

Essa vontade de verdade apoia-se sobre todo um suporte institucional, sendo reforçada e reconduzida por um conjunto de práticas sociais, exercendo sobre os outros discursos uma ‘espécie de pressão como que um poder de coerção’ (Foucault 1970: 19). A questão da verdade em Foucault é justamente a forma como ela é utilizada para justificar a interdição e o silenciamento de todos aqueles que vão contra ou que colocam em prova essa verdade, excluindo socialmente alguns discursos enquanto impõe outros.

A relação da mulher com o poder é, necessariamente, regulada pelo discurso que é proferido pelas instituições que reproduzem a opressão, dificultando a presença da mulher na política, pois, a estereotipização elencada na tradição cultural de nossa sociedade é mantida e reproduzida de forma a internalizar nos indivíduos o papel social que deverá ou não ser desempenhado pelo gênero feminino. Essa forma de dominação latente é manifesta, principalmente, através das mídias de massa, onde o sujeito político mulher é representado de maneira que as características do corpo feminino sejam associadas à capacidade intelectual do sujeito, causando deformidades à imagem política do indivíduo e prejudicando o seu ingresso no espaço público.

3. GÊNERO E DISCURSO

A questão do discurso e gênero abordado por esse trabalho parte do pressuposto da existência de uma estrutura de dominação do sujeito homem sobre o sujeito mulher. Nessa perspectiva são abordadas as relações sociais estabelecidas entre os sujeitos, e as formas de representação das mulheres elaboradas a partir do senso comum que são refletidas pela mídia no jornalismo opinativo através do discurso. No campo da Comunicação, a Análise do Discurso é uma prática linguística que analisa as construções ideológicas presentes na estrutura de um texto para compreender o contexto social no qual o texto é desenvolvido, consistindo em uma análise contextual da estrutura discursiva a ser estudada.

A linguagem é uma prática de representação e de significação, sendo o discurso um conjunto de práticas linguísticas que estabelecem, mantêm ou questionam estruturas sociais. Nesse sentido, a Análise do Discurso nos fornece importantes instrumentos de análise para as questões de gênero, ao permitir que se investigue a linguagem em uso nas esferas cotidianas, revelando processos de formação, perpetuação ou mudança nas relações de poder entre indivíduos e grupos. Com relação ao gênero, demonstra como o poder opera no discurso, e busca identificar como os processos ideológicos estão implícitos na interação.

Laurence Bardin (1977) aplicou as técnicas da Análise de Conteúdo na investigação psicossociológica e no estudo das comunicações de massas. Em *Análise do Discurso*, Bardin (1977) define em seu prefácio análise do discurso como:

“Conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a «discursos» (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum destas técnicas múltiplas e multiplicadas - desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até à extração de estruturas traduzíveis em modelos - é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência.” (Bardin 1977: 9)

Ao mesmo tempo em que, referente ao esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos da objetividade e da subjetividade. Amparando o pesquisador por “esta atração pelo escondido, o latente, o não-aparente, o potencial de inédito (do não-dito), retido por qualquer mensagem”. Assim, ao analisar mensagens através dessa dupla leitura, onde uma segunda leitura substitui a leitura “normal” do leigo, é que acontece a “desocultação” do conteúdo.

Já na obra *A Ordem do Discurso*, Michel Foucault, descreve o discurso como uma construção de características sociais, nesse sentido, o discurso apresenta uma grande força geradora, não apenas designando os objetos a que se refere, mas também os constituindo. Nesse mesmo sentido, Foucault ainda firma que é através dos sistemas de exclusão utilizados por nossa sociedade que o poder controla e delimita o discurso. Os três grandes procedimentos de exclusão que controlam e delimitam o discurso são a interdição, a separação/rejeição e a oposição do verdadeiro e do falso, traduzidos, respectivamente, na palavra proibida, na segregação da loucura e na vontade de verdade.

Foucault (1973), define discurso como “ um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições da função enunciativa” (Foucault 1973: 97). Como conjunto de enunciados regulados pela mesma formação discursiva, o discurso é construído, contendo perigos e poderes. Foucault classifica três formas de delimitação e controle do discurso: Procedimentos Internos, Procedimentos Externos e Sistema de Restrição.

Os *Procedimentos Internos* descritos por Foucault subdividem-se em *Comentário*, *Autor* e *Disciplina*. O comentário habita textos ou conjuntos ritualizados de discursos que se narram, estando presente no nosso sistema de cultura como os textos religiosos, científicos e literários, assim como os textos jornalísticos e as postagens na internet; assim, o autor não é um indivíduo em si, mas o local onde é originado o discurso, como por exemplo na internet,

um blog ou uma comunidade virtual como o Facebook podem ser considerados autores. Já a disciplina é definida como “um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e definições, de técnicas e de instrumentos”, cada disciplina reconhece proposições verdadeiras e falsas (Foucault 2013: 33).

Os *Procedimentos externos* também se subdividem em *Palavra Proibida*, *Segregação da Loucura* e *Vontade da Verdade*. A *Palavra Proibida* é uma interdição do discurso, sendo ela o procedimento mais comum de exclusão. Nesse sistema existem três tipos de interdição: o *Tabu do Objeto* (nem tudo pode ser falado), o *Ritual da Circunstância* (não se pode falar tudo em qualquer circunstância) e o *Direito Privilegiado* ou exclusivo do sujeito que fala (não são todos que podem falar). Esses três tipos de interdições se cruzam, se reforçam ou se compensam, sendo nos campos da sexualidade e da política os lugares onde eles exercem alguns de seus mais terríveis poderes:

“Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. (...), visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é também aquilo que é o objeto de desejo; e, (...) o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder dos qual queremos apoderar.” (Foucault 2013: 10)

No princípio de exclusão da *Segregação da Loucura* há uma rejeição do discurso entre a razão e a loucura, onde é realizada uma separação do discurso do louco, sendo ele considerado nulo, não verdadeiro e, por conseguinte, não aceito pela sociedade. Enquanto, apoiando-se sobre um suporte institucional está o terceiro sistema de exclusão, a *Vontade da Verdade*, que é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um conjunto de práticas sociais de cunho pedagógico e pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, onde há um discurso que critica para justificar certas práticas, exercendo sobre os outros discursos “uma espécie de pressão e como que um poder de coerção”. (Foucault 2013: 18)

Sobre o *Sistema de Restrição*, terceiro grupo de procedimentos que permitem o controle do discurso postulados por Foucault, a imposição aos indivíduos de certo número de regras também estabelece quem terá acesso a eles. O ritual que define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam é a forma mais visível desse sistema. “Definindo os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso” (Foucault 2013: 39), indicando papéis preestabelecidos que determinam o discurso para o sujeito que fala. Ainda como forma de conservar ou produzir

discursos existem as *Sociedades de Discurso*, que garantem o funcionamento do sistema assim e que cuja função é conservar ou produzir discursos e distribuí-los somente segundo regras restritas (Foucault: 2013:39).

Foucault ainda retoma a questão do discurso na obra *A Arqueologia do Saber* onde afirma que é na dispersão de textos, e não na unidade, que se constitui um discurso e que o elemento fundamental que constitui a historicidade do texto são as relações com as Formações Discursivas em suas diferenças. O sujeito não tem controle daquilo que diz, pois, o sentido sempre pode ser outro, sendo assim, um sujeito não produz apenas um discurso. A partir das relações do discurso com as Formações Discursivas é possível analisar a relação entre elas e a ideologia do sujeito. Já na obra *Vigiar e Punir*, Foucault afirma que o discurso é altamente disciplinador e fabrica indivíduos, para ele a disciplina é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos como objetos e como instrumentos de seu exercício. (Foucault 2011: 140).

4. METODOLOGIA

Nesse trabalho será realizada uma análise de conteúdo de dois textos do jornalista Reinaldo Azevedo, os artigos foram publicados entre os meses de agosto e setembro do ano de 2014 no site do jornal *Folha de São Paulo*, onde o autor mantém um blog sobre política, na ocasião das eleições Presidenciais de 2014 quando as candidatas Dilma Rousseff e Marina Silva lideravam as pesquisas de boca de urna. Os textos também foram amplamente divulgados através de redes sociais como o *Facebook* e *Twitter* onde Azevedo mantém duas páginas: a oficial Reinaldo Azevedo (<https://www.facebook.com/pages/Reinaldo-Azevedo/timeline>) com 179.610 curtidas, e a página do Blog do Reinaldo Azevedo (<https://www.facebook.com/blogReinaldoAzevedo/timeline>) com 20.333 curtidas. Tanto em seu blog quanto em suas páginas Azevedo se autodeclara como “o Jornalista que escreve o que quer ainda que não queiram”.

Os textos foram escolhidos entre tantos outros do mesmo autor pelo conteúdo que eles apresentam, e pela forma de adjetivação utilizada para designar as candidatas. A metodologia empregada terá como base uma análise de conteúdo (Bardin, 1977) associando os sistemas de exclusão postulados por Foucault que delimitam e controlam o discurso com as práticas semânticas e argumentativas utilizadas por Azevedo em seus textos como forma de caracterizar as candidatas mulheres.

5. ANÁLISE

O *corpus* da análise é composto por duas colunas do jornalista Reinaldo Azevedo publicadas em seu blog hospedado no site da revista *Veja* e compartilhados nas redes sociais. Com 189 mil seguidores no Twitter e mais de 180 mil curtidas em sua página do Facebook, Azevedo construiu sua carreira como jornalista principalmente através do jornal *Folha de São Paulo* onde possui uma coluna semanal, o que impõe certa credibilidade ao discurso do jornalista. Os textos analisados servirão como base para a obtenção de dados para uma análise geral do conteúdo observado nas colunas de Azevedo via Bardin (1977).

5.1. Texto 1

Título: Marina, a Tirana de Brasília

Data: 29 de agosto de 2014

Com 2,9 mil *likes* no *Facebook* e 160 *tweets* o artigo *Marina, a Tirana de Brasília* inicia da seguinte forma: “Tenho me dedicado, nem poderia ser diferente, a tentar entender o pensamento de Marina Silva (...). Malsucedido no meu esforço, recorro, então, a Eduardo Giannetti, que parece ser o Platão redivivo que, desta feita, encontrou um bom Dionísio”. Azevedo, já na primeira frase desvaloriza e, conseqüentemente, rebaixa o “pensamento” de Marina Silva declarando-o ininteligível. Em seguida, ele inicia uma espécie de metáfora que perdura até o final de seu texto, onde associa Marina Silva com o/os tirano/os Dionísio e seu conselheiro econômico da época, Eduardo Giannetti, com Platão. Historicamente, a relação entre Platão e Dionísio é marcada pelos fracassos do Filósofo Grego na tentativa de aconselhar politicamente os tiranos de Siracusa Dionísio I e Dionísio II por três vezes ao longo de sua vida.

No segundo parágrafo de seu texto Azevedo indaga se Marina “reuniria as características da ‘*Rainha Filósofica*’”, e ainda questiona se Giannetti se via no “papel de um Pigmaleão a esculpir a *mulher ideal*”. Desta vez Azevedo faz referência a mitologia grega citando o rei e escultor Pigmaleão que teria se apaixonado pela própria estátua que esculpira ao tentar reproduzir a mulher ideal, que posteriormente teria sido transformada em uma mulher de carne e osso por Afrodite. Esse mito acabou dando origem ao nome do estudo do *Efeito Pigmaleão* realizado por psicólogos americanos sobre como as expectativas dos professores afetam o desempenho dos alunos, demonstrando o poder da expectativa sobre o

comportamento das pessoas. Ora, o discurso de Azevedo pode ser analisado sob a seguinte perspectiva: Marina Silva é como uma ‘escultura’ de Giannetti, onde o conselheiro/filósofo molda as propostas políticas da candidata/tirana que não possui capacidade própria para tal, visto que seu pensamento é ininteligível.

No terceiro parágrafo Azevedo refere-se claramente a Marina como a “*Tirana de Brasília*” e a Giannetti como o “Platão de Marina”, apresentando a divergência do discurso eleitoral de ambos. Em seguida, o jornalista afirma que a “*Fórmula Marina*” é “composta de ingredientes falsos ou de baixíssima qualidade”, mais uma vez desqualificando o discurso e as propostas da candidata. O texto segue com um parecer acerca dos governos FHC e Lula, com a conclusão de que Marina Silva seria o “último homem”, fazendo clara alusão a prevalência de Giannetti por trás da figura de Marina.

Os últimos parágrafos são dedicados a escrachar as “barbaridades defendidas por Marina” e sua “luta obscurantista”, Azevedo ainda insinua a respeito de uma “rede de crimes”, envolvendo o avião que resultou na morte do candidato Eduardo Campos, onde Marina foi “obviamente beneficiária” e que culminariam na cassação de um eventual mandato. Para finalizar, o jornalista se diz ainda mais incomodado com a “fraude intelectual” que seria a leitura de Marina Silva a respeito das contribuições e malefícios dos partidos políticos dos mandatos anteriores.

Nesse texto, os adjetivos discursivos utilizados por Azevedo claramente são escolhidos de maneira a denegrir a imagem da candidata Marina Silva. Dentre os procedimentos de delimitação do discurso internos e externos apontados por Foucault, são os de interdição e os de rejeição que estão mais evidentes neste texto de Azevedo.

5.2. Texto 2

Título: Dilma, Marina e o Diabo.

Data: 05 de setembro de 2014.

Neste artigo publicado no Jornal Folha de São Paulo (jornal diário com maior circulação nacional), no blog do site da Revista Veja (mais de 1.100.000 exemplares vendidos) e amplamente compartilhado nas redes sociais como Facebook (3.000 likes) e Twitter (224 tweets), o jornalista Reinaldo Azevedo critica o discurso da candidata Marina

Silva, cuja proposta do programa eleitoral afirmava que o modelo de democracia do país estava em “crise”.

Para rebater o discurso da candidata o jornalista afirma que esse modelo democrático em ‘crise’ havia elegido uma *ex-terrorista* (referindo-se a Dilma Rousseff), e que havia possibilitado à duas mulheres a liderança da disputa presidencial, sendo uma delas a *ex-seringueira dos pés descalços, ambientalista e sem partido* (referindo-se a Marina Silva). Em outro momento de seu discurso Reinaldo Azevedo refere-se a candidata como *Marina Descalçada*, e logo em seguida afirma que “É um escândalo intelectual que aquela *glossolalia autoritária* (...) não tenha sido destrinchada pela imprensa”. O jornalista ainda encerra o artigo comparando as candidatas Dilma e Marina ao Diabo.

Ao observar os adjetivos utilizados por Azevedo para referir-se as candidatas Dilma Rousseff e Marina Silva, nota-se que o jornalista os utiliza de forma que desclassifiquem as candidatas, seja pelo argumento de caberem à duas mulheres a liderança da disputa, seja por alusão às suas características pessoais e intelectuais de cada uma delas. A maneira como Azevedo qualifica as candidatas se apresenta por meio de argumentos ofensivos, as candidatas são, portanto, incapazes moralmente e intelectualmente de atuarem no espaço político.

Analisando a força geradora, implícita nas construções ideológicas atribuídas às candidatas por Azevedo, que constitui um dos procedimentos de exclusão avaliados por Foucault, o discurso como construção de características sociais realizado pelo jornalista anula a fala da candidata Marina Silva. Não contendo no discurso dela verdade e importância, devendo ser rejeitado pelos leitores por ser oposto à razão.

A partir dos dados obtidos nas análises individuais desses dois textos de Reinaldo Azevedo, é possível observar a regularidade com que aparecem adjetivos pejorativos que se referem as candidatas do sexo feminino. Em primeiro lugar, é preciso enfatizar que a temática geral abordada pela coluna do jornalista é a política, nesse sentido, é possível observar, ainda, que o objetivo final do discurso de Azevedo é, invariavelmente, atacar o Partido dos Trabalhadores, menosprezando políticos e, até mesmo, outros jornalistas que teriam, segundo a visão de Azevedo, ideologias de esquerda.

Primeiramente, é preciso destacar que os estudos de Michel Foucault (2013) sobre os procedimentos de silenciamento do discurso podem ser utilizados efetivamente para a análise dos textos jornalísticos de opinião de Azevedo, revelando a preferência do jornalista pela

utilização de elementos qualificadores (ou desqualificadores) dos discursos das candidatas a Presidência, afastando o foco dos textos que seria a política para atacar de forma pessoal a imagem pública de Dilma Roussef e Marina Silva, que “representariam a categoria feminina buscando estender visibilidade e legitimidade às mulheres como sujeitos políticos.” (Butler, 2003)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso dos meios de comunicação de massa no Brasil ajuda a explicar a atual situação de desenvolvimento ou subdesenvolvimento do pensamento social do país a respeito das questões de gênero, ao passo em que os MCM podem estimular e desenvolver determinadas atitudes, mistificando e manipulando a consciência dos indivíduos. Ainda que esse papel não esteja completamente claro, o objetivo deste trabalho de pesquisa é evidenciá-lo e realizar algumas considerações sobre os efeitos dos MCM na perda da dignidade humana do ser mulher, onde especialmente esse ser vivo é transformado em coisa sem qualidade. O caráter fortemente ideológico das mensagens disseminadas pelo objeto de pesquisa (textos do jornalista Reinaldo Azevedo) em seus discursos eleitoreiros e políticos impregna e reflete nas atitudes de sua audiência, que curte, comenta e compartilha das opiniões do jornalista acerca das candidatas a Presidência da República, difundindo valores para além do público leitor de suas colunas, contribuindo para o engajamento de certos padrões sociais negativos e distorcidos que dizem respeito as mulheres.

Ao realizar uma breve análise do conteúdo das comunicações irradiadas por Azevedo não é possível estudar com profundidade a legitimação ideológica de seu discurso, requerendo para isso um estudo mais completo. No entanto, analisando alguns textos em especial é possível demonstrar a manipulação e distorção das inteligências e princípios femininos de forma clara e evidente. Através da utilização de rótulos, adjetivos e definições de conotação negativa, Azevedo, estigmatiza as mulheres, criando e incentivando uma falsa consciência das realidades sociais das candidatas, e encorajando o público a prática de violência emocional e moral para com a categoria feminina, ao mesmo tempo em que os outros candidatos políticos não são rotulados. Essa semântica evocada por Azevedo serve exatamente para reproduzir uma imagem facciosa das candidatas, induzindo seu público a conclusão de que tudo o que se aproxima dessa representação deve ser rejeitado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. 4ª Ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade, Volume I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 23ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- FRIEDAN, Betty. **Mística Feminina**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes Limitada, 1971.
- HABERMAS, Jürgen. **The theory of communicative action. Vol 2. Lifeworld and system: A crithique offunctionalist reason**. Boston: Beacon Press, 1987.
- _____. **Mudança Estrutural da Esfera Pública. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- MARI, Hugo/MACHADO, Ida Lucia/MELLO, Renato. **Análise do Discurso em Perspectivas**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2003.
- WITTIG, Monique. **The Straight Mind and other Essays**. Boston: Beacon, 1992